



Emília Fernandes

## Emília: Luta contra Aids é questão de vida

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) alertou ontem que a luta contra a Aids é "uma questão de vida e de solidariedade" e que a gravidade da situação exige que o assunto seja "tratado como prioridade nacional". A senadora dirigiu apelo ao governo para que destine mais recursos ao combate à Aids, além de desenvolver campanhas educativas e medidas de apoio aos portadores do vírus HIV.

Em relação aos estados e municípios, ela disse que é preciso haver "uma participação mais efetiva e firme, pois são inúmeros os casos de falta de aplicação, e até mesmo de devolução, dos recursos destinados aos programas de combate à Aids".

Emília Fernandes destacou "como contribuição fundamental a essa luta" a aprovação pelo Congresso do projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que garante a distribuição gratuita de medicamentos a doentes de Aids e portadores do HIV. Segundo Emília, as manifestações realizadas domingo no Brasil e no mundo traduzem o esforço que a sociedade vem fazendo para enfrentar a grave epidemia que se alastra.

Em apêndice, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou que a Aids é um problema de todos e sobretudo do Estado. Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou que "a Aids é um flagelo que assola a humanidade".

# Senado quer apurar tudo sobre títulos, diz Sarney

*Casa cumpre compromisso com a transparência e demonstra firme disposição de ir até o fim das investigações, anuncia o senador*



Lúdio Coelho



Guilherme Palmeira

## Palmeira defende e Lúdio Coelho condena novo ITR

A medida provisória que reformulou o Imposto Territorial Rural (ITR) foi tema, ontem, de pronunciamentos dos senadores Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Guilherme Palmeira (PFL-AL), que manifestaram posições divergentes: Lúdio condena, enquanto Palmeira defende a iniciativa do governo.

Para Lúdio Coelho, a cobrança do ITR, no caso das propriedades improdutivas, chega a 20%, acrescida, segundo ele, de uma taxa de 0,33% ao dia. O senador destaca que, diante das dificuldades na agricultura, "essa cobrança não é oportuna, é inviável e onera o setor".

Lúdio afirmou que também não concorda com a edição da medida provisória que limita a ocupação da Amazônia.

Citando o exemplo do Mato Grosso do Sul, onde foi feita a maior colonização agrícola do País pelo então presidente Getúlio Vargas,

Lúdio Coelho disse que a área é formada hoje por grandes fazendas porque os pequenos proprietários não tiveram condições de sobreviver.

Já Guilherme Palmeira destacou que a mudança no ITR é imperativo de modernização das relações econômicas e sociais. Ele disse que o governo não pretende desestruturar a propriedade produtiva e defendeu a adoção de alíquotas progressivas para os latifúndios improdutivos, para não "perdermos a última oportunidade de realizarmos essa modernização por meios pacíficos e com o uso de instrumentos democráticos".

A criação do ITR e a adoção do Estatuto da Terra remontam aos anos 60, lembrou Palmeira, quando menos de 1% dos estabelecimentos agrícolas absorvia mais da metade da área total, quadro que se agravou na década seguinte.

O Senado está cumprindo o compromisso assumido com a transparência, afirmou ontem o senador José Sarney, presidente da Casa, ao comentar a criação da CPI destinada a investigar denúncias de irregularidades na emissão de títulos públicos estaduais e municipais. Para ele, a instituição também vem dando demonstrações de que deseja apurar os fatos integralmente. "O desejo do Senado é ir até o fim", acrescentou. Já o senador Guilherme Palmeira anunciou o apoio do governador Divaldo Suruagy, de Alagoas - um dos estados citados nas denúncias -, aos trabalhos da comissão do Senado.

Página 3

## NESTA EDIÇÃO

**Ramez Tebet  
aplaude o melhor  
estudante**

Página 6

**CCJ aprecia hoje  
novas regras  
para MPs**

Relatada pelo senador José Fogaça, a matéria inclui proposições de uma comissão especial que teve como relator Josaphat Marinho.

Página 2

# CCJ analisa emendas sobre medidas provisórias

*Propostas trazem novidades: apreciação de MPs poderá começar em comissão permanente e ser concluída pelos plenários do Senado e da Câmara, que se reunirão separadamente*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), apreciará hoje o substitutivo a cinco propostas de emendas constitucionais que regulam a edição de medidas provisórias. Relatada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), a matéria inclui proposições de uma comissão especial destinada ao exame do uso das MPs, que foi relatada pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

De acordo com as novas propostas, a apreciação das medidas passará a ser feita separadamente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e não pelo Congresso reunido,

como atualmente determina a Constituição. Outra novidade prevista é a criação de uma comissão mista permanente estruturada nos mesmos moldes da Comissão Mista de Orçamento para analisar as medidas provisórias.

## ESTUDANTES

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), também deverá reunir-se hoje para votar projeto do senador Valmir Campelo (PTB-DF) que reduz o valor das tarifas para estudantes nos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais. O projeto recebeu parecer favorável do relator, se-

rador João Rocha (PFL-TO). De caráter terminativo, se for aprovado não precisará mais ir a plenário para nova votação.

Entre as matérias a serem examinadas pela CAE está uma proposta do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que prevê a criação de zona de livre comércio em Foz de Iguaçu; e outro do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que limita em 98% o refinanciamento da dívida mobiliária dos estados e dos municípios.

E a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN), retine-se na quinta-feira para apreciar, entre várias proposições, projeto da

Câmara dos Deputados que concede isenção do IPI e do Imposto de Importação sobre equipamentos e material educativo adquiridos por portadores de deficiências. A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador João Alves (PFL-SE).

## TRABALHO INFANTIL

O ministro do Trabalho, Paulo Paiva, e o representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), João Carlos, deverão ser ouvidos pela CPI do Trabalho Infantil, que tem reuniões marcadas para quarta e quinta-feira (dias 4 e 5). A CPI é presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

#### 14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PDL nº 74/96, que aprova o texto do Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o Brasil e a Argentina, em Brasília, em 15.02.96; \*PDL nº 80/96, que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo do Brasil e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Criminoso, assinado em São José, Costa Rica, em 30.11.89; \*PDL nº 83/96, que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional, Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e de Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico, negociado no âmbito da Reunião dos Ministros de Educação dos Quatro Países do Mercosul, na Cidade de Assunção, em 28.07.95; e \*PDL nº 88/96, que aprova o texto do Acordo Relativo à Isenção de Vistos, celebrado entre o Brasil e Portugal, em Brasília, em 15.04.96.

#### 18h30 - Sessão do Congresso Nacional

**Pauta:** Apreciação de medidas provisórias.

### COMISSÕES

#### 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PECs nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95, em tramitação conjunta, que tratam da edição de medidas provisórias. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

#### 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Apreciação não terminativa do \*PLC nº 104/95, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; \*PR nº 34/96, que altera a Resolução nº 69/95, para limitar a 98% o percentual máximo de refinanciamento da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e terminativa do \*Substitutivo ao PLS nº 108/95 (discussão em turno suplementar), que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas.

#### 10h - Comissão Especial destinada a estudar a Reforma Política-Partidária

**Pauta:** Apreciação do relatório preliminar. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

### PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

### PLENÁRIO

Quarta-feira (04.12.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de nove projetos de decreto legislativo renovando a concessão de emissoras de radiodifusão; e \*PLS nº 102/96, que dispõe sobre a exibição de filmes brasileiros de curta metragem.

Quinta-feira (05.12.96)

#### 14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 26/95, que institui o Estatuto dos Garimpeiros; e \*PLS nº 78/96, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor.

### COMISSÕES

Quarta-feira (04.12.96)

#### 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 41/95, que revoga o § 3º do art. 192 da Constituição, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; \*Matérias terminativas: \*PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); \*PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e \*PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

#### 11h - CPI do Trabalho Infantil

**Pauta:** Exposição do representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), João Carlos. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (05.12.96)

#### 10h - Comissão Especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia

**Pauta:** A ser definida. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho

#### 10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 89/92 (não terminativo), que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoa portadora de deficiência; \*PLS nº 136/95 (terminativo), que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; e \*PLS nº 180/95 (terminativo), que altera a redação da letra a do art. 75 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

#### 10h30 - CPI do Trabalho Infantil

**Pauta:** Exposição do ministro do Trabalho, Paulo Paiva. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

# Senado vai até o fim na CPI dos Títulos, anuncia Sarney

*Legislativo já demonstrou ser capaz de "cortar sua própria carne", lembra o senador ao enfatizar compromisso com a transparência*

Ao criar a CPI dos Títulos Públicos, o Senado está cumprindo o compromisso assumido com a transparência das instituições e demonstrando sua firme disposição de apurar os fatos integralmente. Esta é a síntese da opinião do presidente da Casa, senador José Sarney, em entrevista concedida ontem.

- O desejo do Senado é ir até o fim - disse.

O senador não vê motivos para pessimismo quanto à atuação da comissão. Lembrou o saldo positivo de duas recentes CPIs, as que resultaram no *impeachment* do ex-presidente Collor e nas cassações de

mandatos de vários parlamentares. Disse que, além de terem demonstrado o bom funcionamento do regime democrático, elas deixaram clara a seriedade do Legislativo, capaz de "cortar sua própria carne, se necessário".

Sarney esclareceu que o Senado tomou a decisão de instalar a CPI, antecipando-se às investigações de caráter administrativo das denúncias sobre a utilização do dinheiro e falsificações de documentos apresentados ao Banco Central (BC), para assegurar a transparência. Enfatizou, porém, que ao Senado cabe tão somente a obrigação constitu-

cional de controlar o nível de endividamento de cada estado, confiando nas informações apresentadas pelo BC quanto aos aspectos técnicos.

- O Senado, na verdade, não autoriza despesa nenhuma, só verifica a proporção do endividamento. A fiscalização do emprego do dinheiro cabe às assembleias legislativas e tribunais de contas. O Senado não pode interferir, tem que se basear naquilo que vem do Banco Central. Estamos nos antecipando a essa investigação que caberia ao BC, para ver se houve problema com os dados que nos enviou - afirmou.

## Benedita recebe solidariedade no plenário

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem que o novo presidente do Sebrae, José Pio Guerra, foi duplamente pre-



Benedita

conceituoso na declaração em que se referiu ao nome da senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Marina classificou a frase de Pio Guerra como vergonhosa e, referindo-se ao slogan do Sebrae - "Pequenas empresas, grandes negócios" -, disse que, "realmente, ser grande é ser pequeno, mas ser pequeno é ser preconceituoso e medíocre".

Flaviano Melo (PMDB-AC) também solidarizou-se com Benedita, observando ser "inadmissível que quase no ano 2000 veja-se o presidente de uma instituição presente em todo o País agredir esta Casa e uma senadora que tem dedicado todos os seus esforços à melhoria das condições de vida do povo".

## Para ACM, senadora é inatacável



ACM

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-

BA) manifestou ontem, em plenário, solidariedade à senadora Benedita da Silva (PT-RJ), pelo ataque sofrido em declarações do novo presidente do Sebrae.

- A comissão não poderia silenciar diante de atitude tão descortês e deselegante - disse.

Antonio Carlos Magalhães afirmou que Benedita da Silva, integrante da comissão que ele preside, é figura inatacável, digna e não merecia as comparações feitas por Pio Guerra.

## Palmeira anuncia apoio de Suruagy ao trabalho da comissão recém-criada

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) afirmou ontem que a bancada alagoana na Casa recebeu apelo do governador Divaldo Suruagy para que assinasse o requerimento de criação da CPI dos Precatórios, pois "não tinha o que temer e queria dar seu respaldo à iniciativa através dos parlamentares". Segundo o senador, o PMDB, PSDB, PFL, PTB e PSD de Alagoas, em reunião conjunta na semana passada, tornaram pública sua solidariedade ao governador.

Quanto às denúncias de fraudes na emissão de Letras Financeiras do Estado de Alagoas, Guilherme Palmeira salientou que Suruagy tomou todas as providências junto aos órgãos competentes, para

esclarecimento e posterior identificação de eventuais culpados. A atitude do governador corresponde, segundo o senador, aos mais de 30 anos de uma vida pública pautada pela probidade, honradez e honestidade.

Palmeira também fez questão de registrar sua solidariedade à senadora Benedita da Silva (PT-RJ), em razão das declarações feitas pelo novo presidente do Sebrae, José Pio Guerra. Para o senador, Guerra ofendeu a senadora e o Congresso. A seu ver, o Legislativo não pode colaborar com quem inicia uma administração ofendendo uma instituição fundamental à democracia brasileira.

*Governador não tem o que temer e ganha apoio de partidos, diz senador*

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que quem mais se feriu com a "manifestação de desdém e preconceito" foi o próprio Pio Guerra, que estaria devendo um pedido formal de desculpas à senadora e ao Congresso. O

senador Humberto Lucena (PMDB-PB), por sua vez, afirmou sua certeza de que o presidente do Senado, José Sarney, adotará as providências adequadas. Já para o senador Bernardo Cabral (PFL-

AM), os ataques de Pio Guerra podem ser atribuídos ao "sofrimento que ele traz por seu irmão mais moço", o deputado Sérgio Guerra, um dos acusados pela CPI do Orçamento.



Lauro Campos

## Lauro critica política para atrair capitais

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem que, quando há abundância de capital, o governo não deve estimular a atração de mais capital, pois, advertiu, o resultado é apenas mais concentração. Esta já é, a seu ver, a situação brasileira, em que o sistema financeiro está superconcentrado às expensas do conjunto da riqueza social.

— É estarrecedor verificar que o governo continua lutando como se estivéssemos na década de 50, carentes de capital, ao invés de distribuir esse capital superabundante através de um aumento generalizado da renda — disse.

Para Lauro, a criação do Proer responde ao mesmo objetivo de multiplicar o que já é abundante, mas mal distribuído. Segundo o senador, bancos que apenas na década de 80, denominada como “perdida” para o País, obtiveram 14,260% de retorno sobre o capital original, entraram em rota de falência. Ao invés de deixá-los sofrer leis de mercado, Fernando Henrique transferiu aos bancos R\$ 14,2 bilhões.

Há capital excedente para os bancos, mas não para a Saúde, advertiu Lauro, lembrando que o ex-ministro Adib Jatene conseguiu aprovar a CPMF, mas seu plano tinha que dar errado para evitar que ele se tornasse um candidato potencial à Presidência da República.

Marina Silva (PT-AC) observou, em aparte, que o compromisso social de Lauro Campos é muito forte, daí sua proposta de que a abundância de capital exigisse distribuição mais ampla.

# Governo desrespeita o Congresso, diz Cafeteira

*Ao considerar inconsistentes argumentos do governo para vender a Vale do Rio Doce, senador cobra reação de parlamentares*

O governo brasileiro, “que tem tanta credibilidade no exterior, é o mesmo que não respeita o Congresso Nacional”, disse ontem o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), ao manifestar-se contrário à venda da Cia. Vale do Rio Doce. “Meu posicionamento não tem finalidade política, pessoal ou eleitoral. Só quero que haja responsabilidade sobre o assunto, porque vender a Vale é perder até o subsolo brasileiro”, disse.

Cafeteira considera inconsistentes os argumentos utilizados pelo governo para justificar a venda da estatal, que, acentuou, é uma empresa bem dirigida, promove o desenvolvimento das áreas onde atua e possui um grande patrimônio. Além disso, observou, “o governo não está precisando de dinheiro, porque criou o Proer

para atender aos bancos privados”.

— O Brasil vai se envergonhar quando souber que o governo entregou a Vale para mãos alienígenas — frisou Cafeteira, para quem o próprio ministro do Planejamento, Antonio Kandir, admite que a estatal vale R\$ 11 bilhões, mas não será vendida por mais de R\$ 5 bilhões.

Salientando que o Congresso não pode deixar de discutir e decidir sobre a privatização da companhia, o senador disse que, em vez de querer passar a empresa para mãos estrangeiras, o governo deveria criar uma linha de financiamento para grupos nacionais, que assim poderiam ficar em condições de concorrer ao di-



Epitácio Cafeteira

reito de assumir o controle acionário da estatal.

— O Senado Federal deve ser a caixa de ressonância da opinião pública. O BNDES poderia financiar grupos nacionais e não grupos estrangeiros. O

governo é alérgico à possibilidade de entregar a Vale a brasileiros. Vamos assistir calados? Será que não vamos manifestar qualquer reação? A que Parlamento pertencemos? — questionou.

Ao se referir à proposta de emenda que permite reeleição para cargos executivos, Epitácio Cafeteira disse que a recondução de Fernando Henrique Cardoso significa a “fulanização” sem a salvaguarda da desincompatibilização.

## Fogaça anuncia instalação de montadora da GM no Sul

O senador José Fogaça (PMDB-RS) informou ontem ao plenário que, em reunião realizada no final da manhã no Palácio do Planalto, com a presença dos governadores



José Fogaça

Antônio Britto, do Rio Grande do Sul, Paulo Afonso Vieira, de Santa Catarina, e Mário Covas, de São Paulo, o presidente da General Motors do Brasil (GM), André Beer, anunciou a instalação de três novas fábricas da empresa.

A maior planta, para a produção de automóveis, será instalada no município de Guaíba, nas cercanias de

Porto Alegre (RS). Outra fábrica produzirá motores em Santa Catarina. Já em São Paulo a GM implantará uma fábrica de “estamparia” (lataria) de automóveis.

Para Fogaça, a montadora gaúcha representa uma vitória política e uma afirmação econômica do Rio Grande do Sul, cujas razões estão no Mercosul, na reforma do estado gaúcho promovida pelo governador Antônio Britto e na política macroeconômica de estabilidade do governo federal.

No caso do Mercosul, ele é uma realidade de comércio de vida a homens de visão como

José Sarney, em cujo mandato presidencial foi instalado, contra aqueles que consideravam que o mercado regional seria a destruição da economia nacional e a varredura final da economia gaúcha, disse.

A estratégia da GM é destinar 20% da produção da nova montadora para exportação, assinalou o senador. Segundo ele, o efeito multiplicador na oferta de empregos e cursos universitários e técnicos é tão importante “que serão necessárias 29 fábricas em torno do núcleo produtivo”.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) observou que a indústria automobilística produz bens de acesso restrito,

# Senado faz mudança em busca da modernização

Renan Calheiros garante que alteração no Regulamento Administrativo visa dotar a Casa de instrumentos necessários à implantação de modernos sistemas organizacionais e gerenciais



Marina Silva

## Marina defende mais recursos contra malária

A senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou ontem que em expediente ao Ministério da Saúde está pedindo a revisão do ato que cortou recursos destinados à Fundação Nacional de Saúde para o combate à malária e a outras endemias na região amazônica. "Trata-se de um erro grave que resultará num prejuízo muito grande", comentou.

Ela disse que, em decorrência daquela decisão, o Acre, que tinha uma previsão de despesa de R\$ 369 mil para combater essas endemias, só disporá agora de R\$ 37 mil 445, cifra insuficiente sobretudo no período chuvoso, quando a malária ataca com maior frequência as populações da floresta.

A senadora considerou fora da realidade o fax com que a Fundação Nacional de Saúde informou que as dotações orçamentárias para a Amazônia haviam sido reduzidas. Ela disse que, em 1995, registraram-se 36 mil casos de malária no Acre, com 17 óbitos. Até outubro deste ano, houve 12.702 casos.

- E haverá mais gente doente se não for revista essa posição do Ministério da Saúde. No início do ano, o Banco Mundial elogiou o Brasil por ter reduzido o número de mortes por malária. Agora, se houver interrupção no combate ao mosquito, o número de óbitos deve voltar a crescer.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), 2º secretário do Senado Federal, anunciou que a Comissão Diretora da Casa apresentou projeto de resolução que promove "extensas e profundas reformas no Regulamento Administrativo do Senado Federal".

Segundo Renan Calheiros, relator da matéria, o projeto pretende oferecer ao Senado os meios necessários à implantação dos "mais modernos sistemas organizacionais e gerenciais, dos mais eficientes métodos para a qualificação e gestão dos recursos humanos", além de possibilitar a utilização de tecnologias de última geração em várias áreas vitais ao funcionamento da Casa.

O projeto esclareceu que o projeto que visa à moderniza-

ção do Senado Federal resultou do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Reforma e Modernização e pela Fundação Getúlio Vargas. Contou também com a contribuição de muitos senadores e senadoras.

- Trata-se de uma obra de todos. Reformar uma instituição da importância do Senado Federal não é uma tarefa que se possa executar se tentada isoladamente - afirmou o senador, lembrando que a reforma pretendida tem o objetivo de tornar a Casa "um centro de excelência, que possa cumprir com eficiência as suas obrigações".

Na avaliação de Renan Ca-



Renan Calheiros

lheiros, a opinião pública tem reconhecido o esforço do Senado para atender à multiplicidade das questões que chegam à Casa todos os dias. A seu ver, entretanto, o discurso político já

não é suficiente para produzir soluções exigidas pelos fatos econômicos. "Para situar-se na complexidade desses fatos é preciso mais do que boa vontade. É preciso estar instrumentalizado", garantiu.

- Queremos acabar com o que não funciona, reformular o que pode ser melhorado, criar o que está fazendo falta. Tudo sem gerar novas despesas, mas, sim, reduzindo custos - observou o senador.



O presidente do Senado recebe o ministro da Marinha

## Projeto sobre cabotagem inicia tramitação na Casa

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem visita do ministro da Marinha, Mauro César Rodrigues Pereira, com quem conversou sobre a tramitação na Casa do projeto de abertura da navegação de cabotagem aos navios de bandeira estrangeira. A proposição, de iniciativa do Executivo, já foi

aprovada pela Câmara dos Deputados e chegou ao Senado na última sexta-feira.

José Sarney transmitiu ao ministro a expectativa de que a matéria possa tramitar rapidamente pelas comissões da Casa, ficando em condições de apreciação pelo plenário até o início do próximo ano.

### Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 K (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

# Demissão de servidores da Ceplac pode trazer grandes prejuízos, alerta Ademir

*Entre outras perdas, senador aponta paralisação de projetos em cooperação com o governo alemão e com o Banco Mundial*

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) advertiu que a medida provisória que trata da demissão voluntária de servidores públicos poderá prejudicar a cultura do cacau na Amazônia Oriental e criar dificuldades internacionais para o Brasil.

Segundo explicou, a demissão de 124 funcionários da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (Ceplac), possibilitada pela medida provisória, redundará, entre outros prejuízos, na paralisação de projetos que estão sendo executados em cooperação com o governo alemão e com o Banco Mundial.

O governo federal, na sua incontida e inexplicada ansiedade reformista, julga possível modernizar a administração pública mediante iniciativas que pecam pela ausência de



Ademir Andrade

bom senso, de métodos coerentes e de objetivos claramente associados ao interesse maior do País - afirmou o senador, lembrando que a Ceplac vem se notabilizando na região como importante agência de desenvolvimento.

Ademir Andrade entende que a saída daqueles servidores pode resultar no fechamento de sete unidades de atendi-

mento aos produtores da Amazônia Oriental e na paralisação de 36 projetos de pesquisa da Ceplac. "Poderá haver, ainda, quebra de contrato estabelecido com agentes financeiros para planejamento, aplicação e supervisão de crédito rural, envolvendo cifras da ordem de R\$ 45 milhões, o que torna o País passível de responsabilização legal", alertou.

Para o senador, a demissão poderá, também, comprometer o sucesso do programa que, nos estados do Pará, Mato Grosso e Maranhão, já promoveu a implantação de 45 mil hectares de cacauzeiros, possibilitando uma renda anual de 43,75 salários mínimos a 7 mil famílias. A seu ver, essa possibilidade ratifica o "histórico descaso" da autoridade pública para com as comunidades cacauzeiras.



Ramez Tebet

## Tebet: Melhor estudante do mundo é de Corumbá

Ao lembrar que o Brasil coleciona inúmeras glórias no futebol e em Olimpíadas, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou incomparável o título que o jovem José Pereira Gomes, de Corumbá (MS), ganhou da Liga Norte-Americana de Estudos - o de melhor estudante do planeta. "Até o ano 2000, esse rapaz humilde, filho de uma família modesta de Corumbá, é campeão no mundo inteiro", disse.

Tebet lembrou que, para ganhar o título, José Pereira Gomes, de 20 anos, provou que estuda 18 horas por dia, tendo obtido 1.018 notas máximas em 1.350 provas realizadas nos seus 14 anos de vida escolar. A Liga Norte-Americana de Estudos, disse o senador, existe desde a década de 70 e promove de quatro em quatro anos uma espécie de olimpíada do saber.

José Pereira Gomes perseguiu o título desde o ano passado, disse Tebet, quando foi classificado entre os cinco primeiros do mundo. Ficou mais de dez meses empatado com um estudante japonês, e o resultado que deu sua vitória foi divulgado pela Internet no último dia 20.

Tebet contou ter telefonado ao estudante, dizendo-lhe que ele é um orgulho para o Brasil. José Pereira Gomes, segundo o senador, deseja fazer mestrado em São Paulo, dependendo agora de uma bolsa de estudos. Tebet prometeu ajudá-lo. Em aparte, o senador Francisco Escórcio (PFL-MA) afirmou que o Brasil tem tudo para orgulhar-se de ser campeão mundial também dos estudos.

## Rocha insiste na defesa dos servidores

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) reagiu ontem à possibilidade de o governo federal demitir servidores do Amapá que recebem salários da União. Ele informou que o governador do estado assinou decreto declarando estado de calamidade pública naquela unidade da Federação, a fim de impedir a demissão desses servidores.

Segundo o senador, o Ministério da Administração teria pedido uma revisão do parecer que, desde o governo Sarney, garante o pagamento de funcionários do antigo território do Amapá pelo governo federal.

Isso pode ser uma falsa justificativa para demissão em massa, daí por que estão todos em pânico. Esse pânico pode chegar também a outros estados remanescentes



Sebastião Rocha

de territórios. E não é justo. São servidores da União porque sempre foram pagos com recursos da União, muito antes de esses territórios se tornarem estados - frisou.

Para Sebastião Rocha, mais de 4 mil servidores amapaenses estão sujeitos a demissão e isso, realmente, justifica uma situação de calamidade pública no estado. Mas ele está convencido de que há solução para esse caso, já que se trata de

funcionários amparados por parecer com força de lei. Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que vai se inteirar sobre esse assunto a fim de ajudar o governador José Alberto Capiberibe, do seu partido, a sanar esse problema.

### ARTISTA AMAPAENSE

Sebastião Rocha também destacou exposição, no Salão Negro do Congresso, da obra do artista amapaense Herivelto Maciel, que trabalha com resina sobre tela. O senador disse que o artista faz uma "incursão pelo primitivismo do universo amazônico usando resinas extraídas daquelas matas e resgatando os valores da região". Conforme o parlamentar, Herivelto é o primeiro artista amapaense a expor no prédio do Legislativo.

# Patrocínio questiona a política social

*Destinação de maiores recursos para estados desenvolvidos, enquanto se privam de verbas as unidades mais carentes, agrava as desigualdades, alerta senador*

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) questionou ontem se a política social do governo está empenhada em estimular o êxodo rural "ao reforçar as dotações de unidades bastante desenvolvidas, como São Paulo, Rio e Distrito Federal, e, ao mesmo tempo, privando de recursos os estados e populações mais carentes e estimulando-se a migração para os estados superdotados".

- De acordo com relatório elaborado este ano pelo Banco Mundial (Bird), o Brasil é, pela segunda vez consecutiva, o campeão em desigualdade social do planeta. A realidade orçamentária agravará a injustiça social no



Carlos Patrocínio

País. Estará o governo federal atento às conseqüências internas e externas desse remanejamento de verbas? - indagou.

Segundo Carlos Patrocínio,

enquanto São Paulo recebeu este ano 83% de R\$ 3,13 bilhões que lhe eram destinados no Orçamento, e o Rio de Janeiro, 74% de R\$ 2,92 bilhões, o estado do Tocantins obteve o menor percentual de empenhos liquidados - 62% de R\$ 98,96 milhões.

- O Acre e o Tocantins se encontram no final da fila. São os "lanterninhas" na questão orçamentária. Quando se examinam os recursos a eles destinados, passa-se a considerar milhões e milhares, e não mais bilhões como nos outros estados. Por que a discriminação? Somos, por acaso, brasileiros de segunda categoria? - ressaltou Patrocínio.

## Ignácio alerta que País deve aprender as lições de Canudos e de Juazeiro

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) advertiu ontem que o País precisa aprender as lições de Canudos e de Juazeiro:

- Canudos está presente, sobretudo, no movimento do sem-terra. Cabe a nós, senhores senadores, dar à Canudos de hoje um destino mais feliz do que aquele que foi dado à Canudos de cem anos atrás - argumentou o senador. - O seu fim trágico é uma lição que não deve ser seguida por nós. Juazeiro do Padre Cícero, não obstante as muitas guerras também sofridas, está hoje aí, mostrando sua pujança econômica e social. Esta é uma lição a ser seguida.

José Ignácio defendeu a realização de um novo projeto de integração das camadas menos favorecidas da população, como fez o Padre Cícero, a seu tempo, quando implantou em Juazeiro, "um pequeno núcleo populacional perdido no inte-



José Ignácio

rior do Nordeste, um projeto de inclusão social de milhares de desvalidos da sorte".

- Esse projeto é, hoje, não apenas válido, mas de extrema urgência. E, queiram ou não os opositores do presidente Fernando Henrique Cardoso, a realização desse projeto será a obra máxima do seu governo. Por isso, a sua luta para convencer a sociedade e o Congresso Nacional da necessidade das reformas

estruturais.

José Ignácio afirmou que é preciso quebrar as estruturas do Estado patrimonialista que, historicamente, tem servido à concentração da renda nacional nas mãos de uma elite "faustosa", enquanto condena à pobreza extrema a maioria do povo brasileiro:

- No seu lugar é preciso colocar um Estado que tenha como meta a inclusão social, econômica, política e cultural de cerca de 80 milhões de brasileiros.

José Ignácio lembrou que no venoso último marcou o centenário do início das hostilidades das tropas federais contra o arraial do Belo Monte, nos sertões da Bahia - a Guerra de Canudos. E acrescentou:

- Eldorado dos Carajás, há um ano, e Canudos, há um século, diferem apenas nas suas proporções. Mas têm as mesmas origens: a nossa tragédia social, que é tão velha como a nossa história.

## Ademir destaca fórum sobre a Amazônia

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) destacou a realização, em Belém do Pará, do Fórum Belém: Vias de Desenvolvimento Sustentável e as Dimensões do Desafio, encontro internacional que reuniu, na semana passada, representantes dos cinco continentes, com o objetivo de debater os conflitos e as discrepâncias sócio-econômicas da Amazônia.

Segundo o senador, o fórum foi reunião preparatória para a Conferência Rio Mais 5, que deverá ocorrer no próximo mês de março, no Rio de Janeiro. Na ocasião, serão avaliados os avanços e encaminhamentos já viabilizados das diretrizes estabelecidas pela conferência Eco-92.

Ademir disse que o fórum colocou o estado do Pará e a Amazônia no eixo das discussões e experiências que visem buscar alternativas sustentáveis para o desenvolvimento, baseadas no uso racional dos recursos naturais e na conseqüente melhoria da qualidade de vida das populações.

- O modelo de exploração econômica vigente no País tem-nos mostrado as graves contradições que existem ao se confrontar a imensa riqueza dos nossos recursos naturais renováveis e, na mesma proporção, os inaceitáveis índices de miséria e empobrecimento do nosso povo - afirmou.

# Valmir pede combate à fome no País

*Número de famintos no Brasil é equivalente ao da população da Argentina, diz o senador ao defender medidas que combatam a "vergonha" da desnutrição*

## Flaviano: Indefinição sobre fronteira prejudica moradores de duas cidades

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) expôs ontem a situação de insegurança em que vivem os moradores de Vila Extrema e Nova Califórnia que, há mais de dez anos, não sabem se suas comunidades integram o Acre ou Rondônia. O senador considerou animadora a notícia de que o ministro José Néri da Silveira, do Supremo Tribunal Federal, dará uma decisão final sobre o assunto até o dia 6.

- Confio em sua competência e experiência para que, além do ponto de vista técnico, leve também em conside-

ração os aspectos históricos e humanos da região, de forma que não se cometam injustiças com o meu estado e com aquela população - assinalou.

Flaviano Melo disse que os moradores dessas vilas são os mais prejudicados no conflito, visto que não têm identidade definida, por não saberem a que estado pertencem, não dispondo também da assistência do poder público.

- Já pensaram o que significa não saber em que lugar se vive, não ter serviços, investimentos públicos e sequer ter a quem recorrer? Trata-se de



Flaviano Melo

questão delicada que envolve não apenas o traçado que limita dois estados, mas questões históricas e principalmente humanas - observou.

Conforme Flaviano Melo, integrantes da comissão local pró-fim do litúgio confirmam a preferência que a maioria daqueles habitantes têm pelo Acre, o que, em sua opinião, se justifica pela proximidade das vilas com Rio Branco.

## Marina cobra zona de livre comércio

A senadora Marina Silva (PT-AC) dirigiu apelo ao governo federal para que determine a imediata implantação das áreas de livre comércio nos municípios acreanos de Brasiléia e Epitaciolândia. A lei que permite a criação dessas áreas foi sancionada há mais de dois anos pelo então presidente Itamar Franco, lembrou Marina, para quem "não podemos continuar as-

sistindo ao crescimento da miséria e do desemprego" no estado do Acre.

- Os municípios de Brasiléia e Epitaciolândia estão enfrentando uma concorrência desleal do comércio da cidade boliviana de Cobija - disse.

Marina Silva acrescentou que os comerciantes do Departamento de Pando compram mercadorias no Brasil, com isenção do Imposto de

Importação, e as repassam 30% a 40% mais baratas, por exemplo, do que os produtos vendidos em Brasiléia, município acreano fronteiro com a Bolívia.

A senadora disse que implantar as áreas de livre comércio no seu estado significa uma contribuição substancial para o Acre, que, acrescentou, "não tem indústrias e não conta com apoio para suas atividades produtivas".

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou ontem que não poderá haver desenvolvimento econômico nem avanço considerável da capacidade competitiva da economia brasileira "sem que se façam progressos quanto à alimentação do trabalhador".

- Combatamos a vergonha da fome e da desnutrição - conclamou o senador, para quem a fome "é uma das grandes tragédias no País", envolvendo, de acordo com estudos do Ipea, 32 milhões de brasileiros, número equivalente ao da população da Argentina.



Valmir

Conforme Valmir Campelo, "o mais grave nessa problemática da fome" é que a disponibilidade interna de alimentos supera, em muito, a necessidade diária de calorias e de proteínas da população.

- Sabemos que uma solução efetiva para o problema da fome no Brasil, subtraídas as questões estruturais de distribuição de terras e de rendas, somente virá com o retorno do crescimento da economia, o que aumentará o nível de emprego no País. No entanto, não devemos permanecer eternamente à espera desse crescimento econômico - assinalou.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES LÚDIO COELHO, EPITÁCIO CAFETEIRA E LAURO CAMPOS E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna  
■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal